

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 19 a 23 de agosto, em Brasília.

FOCO NA PAUTA ECONÔMICA.

O Congresso Nacional deve concentrar as atenções políticas da semana. Na pauta, estão o início das audiências públicas sobre a Reforma da Previdência no Senado e a evolução das discussões sobre a Reforma Tributária na Câmara dos Deputados.

Em paralelo, questões polêmicas seguem nos Plenários. A Câmara pode votar o projeto que regulamenta o uso de armas de fogo e alterações a lei de licitações, enquanto que o Senado vota a Medida Provisória nº 881, que trata da Liberdade Econômica e traz modificações à legislação trabalhista.

Articulações de bastidores seguem firmes pela Esplanada. Há grande expectativa quanto às indicações para a embaixada dos EUA e novo

PGR, além da publicação de Medida Provisória transferindo o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) do Ministério da Economia para o Banco Central. Aguarda-se ainda o envio da proposta oficial do governo sobre a Reforma Tributária.

Ainda deve repercutir nas manifestações da oposição no Congresso a crise Bolsonaro com a Polícia Federal. Na última semana, alguns superintendentes e diretores da PF avaliaram pedir demissão alegando tentativa de interferência do presidente Jair Bolsonaro no posto de superintendente da corporação no Rio de Janeiro. A questão foi controlada após Bolsonaro aceitar o nome de Carlos Henrique Oliveira como novo chefe do órgão no Estado. A questão reacendeu o debate sobre um mandato para o cargo de diretor-geral da PF.

Destaques da Semana

Semana

- [Apreciação da Medida Provisória 881/19](#) (MP da Liberdade Econômica) no Plenário do Senado.
- Audiências públicas sobre a [Reforma Tributária](#)
- Deliberação do [Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020](#) no Congresso Nacional.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do Presidente – Jair Bolsonaro recebeu ao longo do dia de hoje (19) os ministros Sergio Moro (Justiça), Paulo Guedes (Economia) e Abraham Weintraub (Educação); o Procurador Regional da República da 1ª Região, Lauro Cardoso; e o diretor da Anvisa, Antônio Barra Torres.

Casa Civil

Agenda do ministro – Onyx Lorenzoni liderou nesta segunda (19) reunião conjunta com os ministros Wagner Rosário (CGU), Jorge Antonio Francisco (Secretaria-Geral), Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), Augusto Heleno (GSI), André Luiz Mendonça (AGU), Sergio Moro (Justiça), Ernesto

MCTIC

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Araújo (Relações Exteriores), Tarcísio Freitas (Infraestrutura), Paulo Guedes (Economia); Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia); e o secretário Executivo da Casa Civil da Presidência da República, José Vicente Santini.

Agenda do Ministro – Marcos Pontes participou de reunião ministerial liderada pelo ministro **Onyx Lorenzoni** (Casa Civil)

ME

Ministério da Economia

Agenda do ministro – Paulo Guedes, além de reunir com o presidente Bolsonaro, promoveu nesta segunda (19) reunião geral de secretários do Ministério; compareceu à reunião ministerial comandada pelo ministro **Onyx Lorenzoni** (Casa Civil); e recebeu a diretora do Fórum Econômico Mundial para a América Latina, Marisol Argueta.

Agenda do secretário – Lucas Ferraz (Comércio Exterior) viaja para Buenos Aires (Argentina) e Montevideu (Uruguai), onde participa da XXXIV Jornada Anual de Economia. Durante o evento, serão realizadas reuniões de coordenação intra-Mercosul, da X Rodada de Negociações do Acordo Mercosul - EFTA e do Painel de Discussões sobre Comércio e Integração Regional.

Balança Comercial – Na terceira semana de agosto de 2019, a balança comercial registrou superávit de US\$ 701 milhões, resultado de exportações no valor de US\$ 3,988 bilhões e importações de US\$ 3,288 bilhões, segundo dados do Ministério da Economia. No mês, as exportações somam US\$ 9,990 bilhões e as importações, US\$ 8,768 bilhões, com saldo positivo de US\$ 1,222 bilhão. No ano, as exportações totalizam US\$ 139,990 bilhões e as importações, US\$ 110,293 bilhões, com saldo positivo de US\$ 29,697 bilhões. A média das exportações da 3ª semana chegou a US\$ 797,7 milhões, 7,0% abaixo da média de US\$ 857,4 milhões até a 2ª semana, em razão da queda nas exportações de produtos semimanufaturados (-19,6%) e manufaturados (-17,5). Por outro lado, cresceram as vendas de básicos (+4,1%). Do lado das importações, apontou-se queda de 16,0%, sobre igual período comparativo, explicado, principalmente, pela diminuição nos gastos com equipamentos mecânicos, químicos orgânicos e inorgânicos, equipamentos eletroeletrônicos, farmacêuticos, combustíveis e lubrificantes.

BACEN
Banco Central do Brasil

Agenda do presidente – Roberto Campos Neto participou de reuniões com dirigentes de instituições financeiras e com representantes do Sindicato da Habitação de São Paulo e do Sindicato da Indústria da Construção Civil de São Paulo.

Boletim Focus – Os economistas aumentaram as previsões para o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) e para o dólar ao final deste ano. A projeção para a inflação foi reduzida, enquanto a expectativa para a taxa básica de juros (Selic) foi mantida. Na última reunião, o Copom decidiu cortar a taxa de juros para 6% ao ano. O PIB subiu de 0,81% para 0,83%; o Dólar subiu de R\$ 3,75 para R\$ 3,78; a inflação caiu de 3,76% para 3,71%; e a taxa de juros foi mantida em 5% ao ano.

CEF
Caixa Econômica Federal

IPCA para o Crédito Imobiliário – Amanhã (20), a Caixa Econômica promove cerimônia de lançamento do IPCA para o Crédito Imobiliário. A intenção do governo é anunciar uma redução de até 31,5% dos juros dos

financiamentos imobiliários. Com a mudança, a Caixa vai reajustar os contratos pela inflação medida pelo IPCA. O IBGE aferiu que esse índice deve fechar em 3,82% neste ano. Apesar de aplicar uma correção que hoje inexistente, na outra ponta o banco abrirá mão, em um montante maior, de suas próprias taxas, que acabam por onerar os empréstimos concedidos. O que ainda está em discussão na Caixa é a taxa adicional, que poderá variar de 2% a 3%.

MJSP

Ministério da Justiça e
Segurança Pública

Agenda do Ministro – Sérgio Moro, após participar de reunião ministerial liderada pelo ministro **Onyx Lorenzoni** (Casa Civil), viajou para Marília/SP, onde preferiu palestra de abertura na XXVI Semana Internacional do Direito", com o tema "Segurança pública e combate à corrupção".

Poder Legislativo

Congresso Nacional

Plenário

Na quarta (21), está prevista a reunião deliberativa conjunto destinada à apreciação do **Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020** e de vetos presidenciais. Dentre os quais, estão o **VET 21/19** (*Reorganização da Esplanada*), **VET 22/19** (*Combate a irregularidades em benefícios previdenciários*) e **VET 24/19** (*Proteção de Dados Pessoais*).

Comissões Mistas

Nesta semana o Congresso Nacional instala a Comissão Mista sobre as **Medidas Provisórias 887/19** (referente à prorrogação de contratos do Comando da Aeronáutica), **888/19** (que mantém servidores cedidos à Defensoria Pública da União), **889/19** (que regula sobre saques no PIS/PASEP e no FGTS) e **890/19** (que institui o programa Médicos pelo Brasil), com a eleição de seus respectivos presidentes e vice-presidentes.

Grupo Parlamentar
Brasil – Paraguai

Outro destaque será a 1ª Reunião do Grupo Parlamentar Brasil – Paraguai, referente à sua instalação, com a finalidade de adesão de membros, eleição e posse da Diretoria do Grupo, bem como a deliberação de seu estatuto.

Frente Parlamentar

A Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento dos Municípios realiza, na quinta-feira (22), palestra sobre os impactos da reforma tributária para os municípios e cidadãos.

Câmara dos Deputados

Plenário

Os principais assuntos pautados são o **PL 3723/19** (*Porte de armas*) e a deliberação dos destaques do **PL 1292/95** (*Nova Lei de Licitações*). A pauta encontra-se trancado pela **MPV 879/19** (*Distribuidoras de energia elétrica*)

Senado Federal

Plenário

Já os senadores devem se concentrar na apreciação da **MPV 881/19** (*Liberdade Econômica*) e o início do debate da **PEC 13/19** (*Cobrança do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e desonerar a parcela do imóvel com vegetação nativa*).

Temáticas em Pauta nas Comissões

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Câmara | Comissão Especial – PL nº 2.412/07 | Quinta (22)

Devedor Contumaz

Reunião Deliberativa – apresentação do plano de trabalho e votação de requerimentos.

ECONOMIA

Câmara | CAPADR | Terça (20)

Acordo comercial – Mercosul e UE

Audiência Pública – debater as consequências do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia. Foram convidados, entre outros, a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, **Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias**; o primeiro-secretário lotado da Coordenação-Geral de Negociações Comerciais Extrarregionais do Ministério das Relações Exteriores (MRE), **Victor Silveira Braoios**; e a superintendente de Relações Internacionais da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), **Lígia Dutra**.

Câmara | Comissão Especial | Terça (20)

Reforma Tributária

Audiência Pública – apresentação da **PEC 45/2019** e a deliberação de requerimentos. Foram convidados o deputado e autor da proposta, **Baleia Rossi**; e o diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), **Bernard Appy**.

Câmara | CFT – Subcomissão Especial | Terça (20)

Audiência Pública – debater a Reforma Tributária. Foram convidados, entre outros, o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), **César Roxo Machado**; da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (FENAFISCO), **Charles Johnson da Silva Alcântara**; o diretor de Assuntos Parlamentares do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (SINDIFISCO), **George Alex Lima de Souza**; o coordenador do Núcleo Econômico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), **Renato Conchon**; o gerente de Políticas Fiscal e Tributária da Confederação Nacional da Indústria (CNI), **Mário Sérgio Carraro Telles**; e, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), **Fábio Gomes Bentes**.

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Câmara | CCTCI | Quinta (22)

SGDC

Audiência Pública – sobre o uso do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). Foram convidados, entre outros, o secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), **Vitor Elísio Góes de Oliveira Menezes**; o diretor comercial da Telecomunicações Brasileiras S.A (Telebras), **Hélcio Vieira Júnior**; e o ex-presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A (Telebras), **Jorge Bittar**.

Política

Governo busca receitas extraordinárias para dar fôlego a ministérios sem verbas. Pressionada a liberar recursos para os ministérios, a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, vai buscar fontes de receitas extraordinárias para dar fôlego a órgãos sem verbas. A ideia é listar o que pode gerar dinheiro ainda neste ano sem passar por aumento de imposto e aumento do endividamento público, saídas descartadas pelo Ministério da Economia.
Fonte: G1 Notícias

Governo recebe Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados e cobra posicionamento da ONU em relação à ditadura venezuelana. Na quinta-feira (15) o governo brasileiro recebeu, na Casa Civil da

Presidência da República, o Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), Filippo Grandi, para discutir a situação dos venezuelanos atendidos pela Operação Acolhida no Brasil. Participaram da reunião, além de representantes da ONU, os ministros da Casa Civil, Onyx Lorenzoni; das Relações Exteriores, Ernesto Araújo; da Justiça, Sérgio Moro; e da Cidadania, Osmar Terra. Grandi reconheceu que a situação na Venezuela é uma “tragédia humana”, agradeceu o apoio do governo Bolsonaro no acolhimento de refugiados venezuelanos. O ACNUR ressaltou ainda o excelente trabalho realizado pela Operação Acolhida e celebrou a continuidade da parceria com o governo brasileiro. Fonte: ASCOM – Casa Civil

Maia acredita que reforma tributária será aprovada até o final do ano. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, disse hoje (16), que acredita que é possível aprovar um projeto de reforma tributária, ou no Senado ou na Câmara, até o final do ano. “Até o fim do ano pelo menos [será aprovado] em uma das duas casas”, ressaltou em evento promovido pelo Grupo Líderes Empresariais (Lide). O presidente da Câmara destacou, no entanto, que a mudança no sistema de cobrança de impostos, que deve levar a uma unificação de pelo menos parte dos tributos, não significa que haverá uma redução nos valores pagos atualmente. Fonte: Agência Brasil

Rodrigo Maia defende solução para distorções tributárias. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que se o Brasil não resolver suas distorções tributárias não vai voltar a crescer. Segundo ele, só a economia prevista com a reforma da Previdência não garante a retomada do crescimento econômico. O presidente defendeu ainda a modernização das leis que garantam mais transparência e mais segurança jurídica no País. Maia concedeu entrevista coletiva após participar de evento em São Paulo na sexta-feira (16). Fonte: Agência Câmara

Bolsonaro avalia indicações para PGR. O primeiro mandato de dois anos da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, termina no dia 17 de setembro. A renovação do mandato de Dodge pelo mesmo período ou a escolha de um novo procurador depende de uma indicação do presidente Jair Bolsonaro. Antes de tomar posse, o escolhido precisa ser sabatinado pelo Senado e ter nome aprovado pelo plenário da Casa. Não há prazo legal para indicação. Além da tradicional lista tríplice elaborada pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), mais dois subprocuradores correm por fora e também podem ser indicados. Bolsonaro não é obrigado por lei a seguir uma indicação da lista tríplice. O subprocurador Mário Bonsaglia foi o mais votado na lista elaborada pela associação. Bonsaglia é membro do MPF desde 1981. Doutor em direito pela Universidade de São Paulo (USP), ele passou por órgãos de direção do MPF, como Conselho do MP e o Conselho Superior. Fonte: Agência Brasil

Novo ministro da Fazenda da Argentina assume com desafios e incertezas. Hernán Lacunza, o novo ministro da Fazenda e Finanças Públicas da Argentina, terá que conduzir a agenda econômica do país com grandes desafios nos próximos meses. Entre eles, uma acirrada campanha eleitoral, o contexto internacional incerto e muitos ajustes a serem feitos. No último sábado (17), Nicolás Dujvone, o então ministro da Fazenda, renunciou ao cargo afirmando estar “convencido de que, em virtude das circunstâncias, a gestão precisa de uma renovação significativa na área econômica”. Fonte: Agência Brasil

Governo deve publicar transferência do Coaf para o Banco Central nesta terça, diz ministro da Secretaria Geral da Presidência. O governo deve publicar na terça-feira (20) uma Medida Provisória que transfere o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para o Banco Central, informou Jorge Oliveira, ministro da Secretaria Geral da Presidência, onde está o texto assinado pelo ministro Paulo Guedes. Vinculado ao Ministério da Economia, o órgão é uma unidade de inteligência financeira do governo federal que atua principalmente na prevenção e no combate à lavagem de dinheiro. O primeiro reflexo da mudança do Coaf para o Banco Central é que os funcionários passam a ser funcionários de carreira do BC. Com isso, o atual presidente do órgão, Roberto Leonel, terá que sair do cargo. Ele atuou na Receita Federal do Paraná e era um nome de confiança do ministro da Justiça, Sérgio Moro, que o levou para Brasília. No início do governo Bolsonaro, o Coaf ficava no Ministério da Justiça, mas foi para a Economia após votação no Congresso em maio. Fonte: G1 Notícias

Segurança pública e agenda econômica pautam Câmara no pós-Previdência. Desde a tramitação da Previdência, houve uma pressão de parte dos deputados alinhados ao governo para que, após o avanço da reforma, uma agenda de costumes conservadora prevalecesse. Contudo, a Câmara tem buscado tocar uma pauta autônoma do Palácio do Planalto, ainda mais após ataques do presidente em relação ao Congresso. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse à Reuters que o foco é numa pauta mais econômica e social para este semestre, sem detalhar quais projetos devem entrar nessa agenda. Fonte: Reuters

MP investiga evolução patrimonial de Ricardo Salles. O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, está sendo investigado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em ação que trata de suposto enriquecimento ilícito durante os anos de 2012 a 2018. Neste período, Salles atuou como advogado em 10 casos e alternou cargos no governo de São Paulo. A investigação teve início em julho e a Justiça de São

Paulo negou, até agora, 2 pedidos de quebras de sigilo fiscal e bancário do ministro de Bolsonaro. Fonte: Poder 360

Tesouro estuda fim da regra de ouro e propõe teto de 60% para dívida bruta. O fim da regra de ouro e um novo marco fiscal baseado em um teto para endividamento público são vistos com cautela por especialistas. Apesar disso, eles admitem que falta convergência entre as regras atuais. No dia 6, os técnicos da Secretária do Tesouro Nacional (STN) propuseram uma reformulação das normas fiscais atualmente vigentes no Brasil que contemplam a meta de resultado primário, o teto de gastos e a regra de ouro. A proposta é instituir um limite de longo prazo para o endividamento público que seria alcançado por meio de metas de resultado orçamentário e de despesa. A regra de ouro acabaria de vez. Fonte: Diário de Comércio, Indústria e Serviços

Caixa e Banco do Brasil iniciam pagamento de cotas do PIS/Pasep. A partir da segunda-feira (19), inicia-se o calendário de disponibilização dos recursos Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). Neste primeiro dia, os cotistas que possuem contas na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil terão dinheiro depositado em conta corrente ou em poupança. Os demais cotistas poderão fazer os resgates conforme calendário divulgado pela Caixa e Banco do Brasil. Essa liberação das cotas do PIS/Pasep foi feita por meio da Medida Provisória 889/2019, anunciada pelo governo no início do mês. Pela MP, também houve liberação de saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A liberação das cotas é diferente do pagamento anual do abono salarial. Esse pagamento do calendário 2019/2020 começou no final de julho. Fonte: Agência Brasil

Além de superintendentes, diretores da PF também avaliaram entregar cargos. Alguns diretores da Polícia Federal também avaliaram pedir demissão caso a tentativa de interferência do presidente Jair Bolsonaro no posto de superintendente da corporação no Rio de Janeiro não fosse freada. Esse teria sido outro fator para o chefe do Executivo recuar na escolha do nome do novo chefe da PF no estado. No sábado (17), o blog informou que ao menos três superintendentes da Polícia Federal ameaçaram entregar os cargos. Fonte: G1 Notícias

PSL terá triagem eletrônica para evitar ex-petistas como seus candidatos e dirigentes. O programa de compliance do PSL, partido do presidente Jair Bolsonaro, terá um controle para evitar que pessoas antes ligadas a siglas de esquerda sejam candidatos ou integrem diretórios regionais da legenda. Reportagem da semana passada da Folha mostrou que, segundo levantamento feito pela reportagem com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral, dos 271 mil filiados ao PSL, cerca de 10,6 mil (4%) já estiveram em siglas identificadas com a esquerda, como PT, PDT, PSB, PSOL, PC do B, PCB, PSTU e PCO. Já entre os 145 políticos que o PSL elegeu nas eleições de 2018, 78 estiveram em outras siglas antes. Destes, 19 passaram por partidos de esquerda. Fonte: Folha de S. Paulo

Após receber projeto sobre abuso de autoridade, Bolsonaro se reúne com Sergio Moro no Alvorada. O presidente Jair Bolsonaro se reuniu na manhã da segunda-feira (19) com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, no Palácio da Alvorada. O encontro ocorre dias depois de o presidente receber do Congresso o projeto que define em quais as situações será configurado o crime de abuso de autoridade. O texto foi aprovado pela Câmara dos Deputados na quarta-feira (14). Bolsonaro terá 15 dias para sancionar ou vetar o texto. A data limite é 5 de setembro. Em declarações à imprensa nos últimos dias, Bolsonaro já sinalizou que deve vetar trechos da proposta como o artigo que prevê punição para o policial que algemar suspeitos sem expressa ordem no pedido de prisão ou sem que haja resistência. Fonte: G1 Notícias

Quais os principais desafios do próximo embaixador do Brasil em Washington. Aumentar a visibilidade e influência do Brasil e evitar o aumento de tarifas contra produtos brasileiros em meio à guerra comercial entre China e Estados Unidos serão dois dos principais desafios próximo embaixador do Brasil em Washington. Fonte: O Estado de S. Paulo

Secretário do Tesouro defende reforma previdenciária para Estados, condena taxaço de exportações. O secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, reforçou na sexta-feira (16) a importância de Estados e municípios também promoverem reformas em seus sistemas previdenciários, ressaltando que a medida é essencial para garantir o ajuste fiscal e evitar aumento de impostos, inclusive federais. Ele frisou que, sem um ajuste, "mais cedo ou mais tarde" os Estados terão de recorrer à União para fechar suas contas. Fonte: Reuters

Negociadores dos EUA e da China devem se reunir nos próximos dias. O diretor do Conselho Econômico Nacional da Casa Branca, Larry Kudlow, anunciou a possibilidade de os Estados Unidos firmarem acordo com a China para frear a guerra comercial entre os 2 países. O porta-voz disse que as conversas devem começar nos próximos 10 dias. Fonte: Poder 360

Poder Judiciário

Justiça de SP rejeita classificar cobrança de ICMS no software como inconstitucional. O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu não analisar o mérito de uma arguição de inconstitucionalidade envolvendo a incidência de ICMS sobre software disponibilizado por meio de transferência eletrônica de dados (download, streaming ou computação em nuvem). Segundo os desembargadores, a discussão envolve a legalidade de um decreto estadual, e não a constitucionalidade, portanto, não é de competência do Órgão Especial. Fonte: Convergência Digital

Derrotas na Justiça vão custar à União R\$ 31 bi em 2020, salto de quase 50%. Com receitas sob pressão de crescentes despesas obrigatórias, o governo federal enfrentará em 2020 outro revés de peso no Orçamento: um salto de 48,5% no custo com processos em que sofreu derrota definitiva na Justiça. As despesas, que tradicionalmente abarcam indenizações, benefícios e devolução de tributos contestados, somarão patamar recorde de R\$ 31,2 bilhões, valor que supera o desembolso anual histórico do programa Bolsa Família. Deste total, 9%, ou R\$ 2,8 bilhões vão ser destinados a uma única cooperativa, a Copersucar. Fonte: Folha de S. Paulo

Ações pendentes na Justiça do Trabalho caem abaixo de 1 milhão pela primeira vez desde 2007. O número de processos trabalhistas à espera de julgamento em primeira instância recuou a menos de 1 milhão pela primeira vez nesta década. O volume está no patamar de 2007. Até junho deste ano, o volume residual despencou a 959 mil ações. Esse total é semelhante ao de 12 anos atrás, quando 2007 terminou com 946 mil reclamações sem julgamento. Fonte: Folha de S. Paulo

Previdência

Audiências públicas sobre a reforma da Previdência dominam a semana da CCJ. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) dedicará quase toda a semana a audiências públicas com estudiosos, representantes setoriais e autoridades para discutir a reforma da Previdência Social (PEC 6/2019). Serão seis eventos ao longo de três dias, reunindo 46 convidados e atendendo a pedidos de oito senadores. As audiências precederão a apresentação do relatório preliminar do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que está prevista para a sexta-feira (23). Fonte: Agência Senado

Último Foco

GSI vai lançar estratégia nacional de cibersegurança. O GSI (Gabinete de Segurança Institucional) vai lançar uma estratégia nacional de segurança cibernética com diretrizes para cidadãos, governo e setor privado. O texto, que depende de aprovação do governo, passa por revisão final e será colocado em consulta pública por cerca de 30 dias. Segundo militares, o órgão tem sido consultado por empresas em busca de direcionamento na área de proteção de dados pessoais. É crescente o receio de danos de reputação por vazamento de informação de clientes. Fonte: Folha de S. Paulo

Crimes cibernéticos: Autoridades pedem mudanças no Marco Civil. Entidades reivindicam mais educação digital. Em audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática sobre crimes cibernéticos, realizada na semana passada, na Câmara Federal, o delegado Rafael Sampaio, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do DF, defendeu alteração do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/14) para permitir acesso a registros de conexão sem permissão judicial. Hoje o Marco Civil prevê a necessidade de requerimento ao juiz que ordene as empresas a fornecer registros de conexão ou de registros de acesso a aplicações de internet. Para o delegado, isso implica excesso de formalidade, de tempo e de custos apenas para se obter acesso à identificação do usuário. Fonte: ABRANET

Governo reduz impostos para videogames. Para os aficionados em jogos eletrônicos no país a medida do governo foi uma “WIN”, vitória em inglês. Isso porque decreto assinado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, e publicado na quinta-feira (15) no Diário Oficial da União reduziu a carga tributária no setor de games. A redução do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) foi sobre consoles e máquinas de jogos de vídeo, incluindo aqueles com tela incorporada, além de partes e acessórios. As alíquotas que variavam de 20% a 50% sobre os produtos, reduziram-se para um patamar de 16% a 40%. Fonte: ASCOM – Gov Br

MCTIC e Agricultura lançam Câmara do Agro 4.0 para levar IoT ao campo. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) assinaram na quinta-feira (15), em Brasília, um acordo de cooperação técnica com o objetivo de promover ações para expansão da internet no campo; aumento de produtividade; fomento a tecnologias e serviços inovadores; e o posicionamento do Brasil

como exportador de soluções de Internet das Coisas (IoT) para a agricultura. O acordo também estabelece a criação da Câmara do Agro 4.0, como parte do Plano Nacional de Internet das Coisas. A ideia é ter um órgão de debates com participação de governo, empresas e academia para construir uma estratégia para as fazendas conectadas, que utilizam soluções como automação, interatividade, monitoramento em tempo real, *Big Data*, entre outros. Fonte: ASCOM – MCTIC

Microsoft muda políticas de privacidade para monitorar áudios. A Microsoft mudou suas políticas de privacidade para admitir o monitoramento de áudios por funcionários em serviços da empresa. A medida foi tomada após denúncias publicadas na imprensa de que a companhia estava destacando empregados para ouvir mensagens de voz enviadas por meio de aplicações de voz sobre IP, como Skype, ou assistentes virtuais, como a Cortana do Windows. A nova redação das políticas de privacidade da Microsoft agora admite que ela usa pessoas no processamento de dados para “revisar algumas das previsões e inferências produzida pelos métodos automatizados utilizados nos dados de onde essas análises foram feitas”. Entre essas revisões, pequenas “amostras de dados e voz”. Fonte: Agência Brasil

Comissão debate uso de satélite brasileiro para prover conexões de internet no País. A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática realiza audiência pública na quinta-feira (22) para discutir o uso do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que possui tecnologia nacional para conexão à internet em alta velocidade. O deputado Zé Vitor (PL-MG), autor do requerimento para a realização do debate, lembra que o SGDC tem capacidade de tráfego para aplicações civis de até 58 GBps, o que permitiria a conexão de até 50 mil pontos de acesso à internet, inclusive em locais de pouco ou nenhum acesso à rede mundial de computadores. Fonte: Agência Câmara

Ministro da Defesa visita o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial. O Ministro da Defesa, Fernando Azevedo, visitou na sexta-feira (16) o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), em São José dos Campos, no estado de São Paulo. Ele conheceu as instalações do complexo da Força Aérea Brasileira, recebeu informações sobre o Programa Espacial Brasileiro e teve contato com alunos do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). Fonte: ASCOM – MD

Sem prestar contas, 18,5% das cidades podem perder repasses. O prazo para entrega da matriz de saldos contábeis (MSC) - tabela com dados usados para gerar relatórios e demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - foi prorrogado por duas vezes e terminou em 31 de julho, sem que 1.831 prefeituras (33% do total) tivessem apresentado as informações exigidas pelo Tesouro. Até a quinta-feira passada (15), esse total havia caído para 1.029 cidades (18,5%). Com o descumprimento do prazo, os municípios foram inscritos como inadimplentes no Cauc (Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias), o que impede a celebração de convênios com o governo federal e a contratação de operações de crédito. Fonte: Valor Econômico

Brasil atinge segunda melhor marca de impacto científico em 30 anos. O Brasil atingiu no primeiro semestre de 2019 o segundo melhor nível em 30 anos no indicador que mede o impacto da pesquisa científica. O País atingiu já em junho a marca de 0,89. A maior foi verificada em 2016 — 0,92, número referente ao ano inteiro. Ainda assim, os números continuam a mostrar que o Brasil tem muito a avançar. A média mundial é 1, ou seja, nessas três décadas o País esteve abaixo. É para chegar a esse patamar que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), vinculada ao Ministério da Educação (MEC), tem focado em pesquisas com impacto científico. Também por isso o MEC propõe pautas como o Future-se, com maior autonomia financeira a universidades e institutos federais e premiações para pesquisas relevantes e boas ações de gestão nas instituições. Fonte: ASCOM – MEC

44 milhões podem ser afetados com a automatização das ocupações, diz estudo. Estudo feito por pesquisadores da Universidade Harvard estima que 44,5 milhões dos trabalhadores brasileiros (53% da força de trabalho no país) estão em ocupações com 70% de chance ou mais de serem automatizadas nas próximas décadas. Fonte: Poder 360

Serviços na nuvem respondem por 85% de todo o tráfego corporativo da Internet. Os serviços na nuvem representam 85% de todo o tráfego corporativo da Internet, apura o Netskope Cloud Report, produzido pela empresa de segurança na nuvem, Netskope. De acordo com o estudo, as três principais violações de política detectadas em serviços de nuvem corporativa incluem Prevenção a Perda de Dados (DLP), política de atividade na nuvem e, violações de atividade atípica. Para o tráfego tradicional da web, as três principais relatadas incluem violações de políticas de uso aceitável, as de sites mal-intencionados e detecções de malware. Esses dados indicam a necessidade de uma ferramenta ou tecnologia específica para lidar com as ameaças modernas – uma abordagem única para nuvem e para a web. Embora a identificação e prevenção de dados confidenciais sejam essenciais para serviços específicos na nuvem, monitorar o uso aceitável de aplicações da web é um enorme desafio. Fonte: ABRANET

Trump é pressionado e anuncia novo prazo para a Huawei atuar nos EUA. O secretário de Comércio dos Estados Unidos, Wilbur Ross, informou na segunda-feira, 19/08, que o governo norte-americano vai prorrogar o

adiamento dado à Huawei Technologies que permite que a empresa chinesa compre suprimentos de empresas norte-americanas para atender clientes existentes. A primeira licença - concedida em maio no auge da crise- perderia validade hoje. Mas outras 46 filiais adicionais da Huawei foram incorporadas à Lista de Entidades, a chamada lista negra econômica. Fonte: Convergência Digital